



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

P O R T A R I A N.º 520/RH , DE 23 DE MAIO DE 2024.	2
P O R T A R I A N.º 521/RH , DE 23 DE MAIO DE 2024.	3
P O R T A R I A N.º 522/RH , DE 23 DE JANEIRO DE 2024.	4
P O R T A R I A N.º 523/RH , DE 23 DE JANEIRO DE 2024.	5
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01/2024 – NÚMERO DO CONTRATO: 180/2023	6
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL - EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO	7
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 15 DE ABRIL DE 2024	8
DECRETO Nº 5034, DE 02 DE MAIO DE 2024	34
EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA NÚMERO DO CONTRATO: 82/2024	35
EDITAL DE AUTUAÇÃO	36
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL Nº 008/SMCT/2024	37

JUNHO DE 2024

Diário Oficial

Edição nº 330/2024

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava
CNPJ: 45.189.305/0001-21
Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243
Telefone: (12) 3654-6600
Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava
CNPJ: 48.408.496/0001-63
Endereço: Praça da Bandeira, 151
Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)
CNPJ: 50.453.703/0001-43
Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450
Telefone: (12) 3654-8800
E-mail: comunicacao@fusam.com.br



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

P O R T A R I A N.º 520/RH, de 23 de maio de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita do Município de Caçapava, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo **artigo 70, inciso XIII**, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Revogar a Portaria de nº 042/RH de 01 de janeiro de 2023, que admitiu a **Sra. Isabel Cristina Fonseca**, cadastrada no CPF sob o n.º 118.263.498-20, para ocupar a função gratificada de **Chefe de Seção de Consolidação Contábil**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças**, a partir de 22 de maio do corrente ano.

Município de Caçapava, 23 de maio de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, N.º 243 - FONE - PABX (012)3654-6600 - FAX (012) 3653-5868
CEP 12280-050 CNPJ 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

P O R T A R I A N.º 521/RH, de 23 de maio de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita do Município de Caçapava, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo **artigo 70, inciso XIII**, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Revogar a Portaria de nº 050/RH de 01 de janeiro de 2023, que admitiu a **Sra. Jussara Cunha Gissi**, cadastrada no CPF sob o n.º 278.814.928-05, para ocupar o cargo em comissão de **Assessor de Secretaria de Finanças**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças**, a partir de 22 de maio do corrente ano.

Município de Caçapava, 23 de maio de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, N.º 243 - FONE - PABX (012)3654-6600 - FAX (012) 3653-5868
CEP 12280-050 CNPJ 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

P O R T A R I A N.º 522/RH, de 23 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita do Município de Caçapava, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo **artigo 70, inciso XIII**, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Conceder a Sra. **Isabel Cristina Fonseca**, servidora municipal, cadastrada no CPF nº 118.263.498-20, ocupante do cargo permanente de Escriturária, a Função Gratificada de **Chefe de Seção de Jardins**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Municipais, de acordo com a Reforma Administrativa, Lei nº 5989/2022, a partir desta data.

Município de Caçapava, 23 de maio de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, N.º 243 - FONE - PABX (012)3654-6600 - FAX (012) 3653-5868
CEP 12280-050 CNPJ 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Estado de São Paulo

P O R T A R I A N.º 523/RH, de 23 de janeiro de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita do Município de Caçapava, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo **artigo 70, inciso XIII**, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Conceder a Sra. **Jussara Cunha Gissi**, servidora municipal, cadastrada no CPF nº 278.814.928-05, ocupante do cargo permanente de Escriturária, a Função Gratificada de **Chefe de Seção de Consolidação Contábil**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com a Reforma Administrativa, Lei nº 5989/2022, a partir desta data.

Município de Caçapava, 23 de maio de 2024.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, N.º 243 - FONE - PABX (012)3654-6600 - FAX (012) 3653-5868
CEP 12280-050 CNPJ 45.189.305/0001-21

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01/2024 – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 180/2023****Processo Administrativo: 2258/2023**

Concorrência Pública nº 01/2023; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: TN DE SOUZA COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 27.531.925/0001-25; Objeto: DILAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 120 (CENTO E VINTE DIAS); Início da Vigência: 07/06/2024; Término da Vigência: 06/10/2024; Data de assinatura: 16/05/2024.



**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
SECRETARIA DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO

A Vigilância Sanitária Municipal, com base no parágrafo único do artigo 124 e inciso II do artigo 138, ambos da Lei Estadual nº 10083/98, torna publico o(s) auto(s) de infração abaixo:

Auto de infração nº 1257 – Processo nº 2337/2024

Autuado: Rosane Alves Bicudo, CPF nº 05*.1*.168-**, Rua José Venâncio Nogueira nº 410 – Vila Naly – Caçapava – SP.
Infração: por não promover a capina e limpeza (remocção de mato, lixos e entulhos criadouros para o mosquito Aedes Aegypti) no imóvel de sua propriedade sito a Rua José Venâncio Nogueira nº 410 – Vila Naly – Caçapava – SP, IC nº 02047008000, descumprindo os atos emanados da autoridade sanitária conforme publicado em Diário Oficial – Edição nº 279 de 22/03/2024.

Contraria o Artigo 122, inciso XIX e inciso XX da Lei Estadual N°10.083/98 e Decreto Municipal nº 5019 de 05/03/2024.
O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10(dez) dias, conforme legislação sanitária vigente.



Rua Professor João Batista Ortiz Monteiro, 345 - Vila Antônio Augusto, Caçapava – SP
CEP 12.287-310 / Tel: (12) 3652-2088 - e-mail: vigilanciasanitariacpv@gmail.com



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 15 DE ABRIL DE 2024

ÉLCIO VIEIRA JÚNIOR, Procurador-Geral do Município, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO Procuradoria-Geral do Município é a instituição que representa o Município judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, ainda, nos termos de Lei especial, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o art. 6º, inc. XIV da Lei Complementar 348/21 prescreve que compete ao Procurador-Geral do Município: “baixar portarias, instruções e ordens de serviço para a boa execução dos trabalhos das unidades sob sua direção, estando autorizado a implementar o regime de teletrabalho aos Procuradores Municipais, conforme norma regulamentadora;

CONSIDERANDO que o § 5º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece que “é dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico”; e,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 4985, de 14 de dezembro de 2023, em especial o art. 24, § 1º; que assim dispõe: “Caberá à Procuradoria-Geral do Município disciplinar as hipóteses de dispensa da análise jurídica de documentos previamente padronizados prevista no artigo 53, §5º, da Lei 14.133, de 2021”.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLVE

Art. 1º. Expedir a presente Instrução a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, para fins de dispor das hipóteses de dispensa da análise jurídica nos termos do § 5º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º. Fica dispensada a manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor, com fundamento no art. 75, inciso I ou II e § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujos valores a serem considerados para o Município de Caçapava representam a metade dos valores estipulados nestes mesmos dispositivos, ou seja: R\$ 50.000,00 e R\$ 25.000,00, seguindo devida atualização, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pela Procuradoria Geral do Município, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação.

Art. 3º As contratações diretas pela modalidade dispensa por valor, devem seguir o que consta no Decreto nº 4985/2023 e Lei nº 14.133/2021, em especial ao art. 75 incisos I e II (valor), § 1º ao 4º (vedado o fracionamento, divulgação prévia e posterior), observando-se ainda o disposto no artigo 72 (instrução do processo), seu parágrafo único (divulgação), além de contido no artigo 94 do mesmo diploma legal quanto a publicação necessária.

Art. 4º. A dispensa da análise jurídica não exime os órgãos técnicos e agentes de contratação de promoverem a devida instrução dos autos de acordo com os elementos jurídico-formais determinados pela Lei Federal no 14.133, de 2021, sendo recomendável a adoção dos Quadros de Verificação anexos, bem assim de observarem as especificações técnicas e tabelas oficiais de preço porventura aplicáveis, comumente utilizadas pelos entes públicos para ajustes similares, em especial as contidas do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas "

Art. 5º. A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ÉLCIO VIEIRA JÚNIOR
Procurador-Geral do Município

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Notas explicativas

Presente quadro de verificação foi elaborado com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para licitação de obras e serviços de engenharia.

O quadro pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela Secretaria de Gestão com apoio da Procuradoria, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais.

O quadro deve ser preenchido pelo órgão contratante com supervisão do Agente de Contratação como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntado ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

O quadro foi dividido em **duas** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos relativos à confecção do anteprojeto e dos projetos.

A coluna “Atende plenamente a exigência?” deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência (justificando)

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado (justificando)

Na utilização dos quadros deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

QUADRO DE VERIFICAÇÃO PRELIMINAR
(Licitação para obras e serviços de engenharia)

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo e será realizada a sessão na forma eletrônica? ¹	Resposta	
2. Se a sessão for presencial consta justificativa e registro em áudio e vídeo? ¹		
3. Consta documento de formalização de demanda – DFD? ²	Resposta	
4. Foi juntada aos autos ou indicada expressamente a portaria de designação da Comissão de Contratação.	Resposta	
5. Consta estudo técnico preliminar ? ³	Resposta	
6. Houve justificativa para o caso de ausência de elementos facultativos do ETP? ⁴	Resposta	
7. Foi realizado o gerenciamento de risco, documentado em mapa de risco? ⁵	Resposta	
7.1. No caso de serviços de engenharia com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?	Resposta	
8. Foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa possui previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, para o exercício financeiro em que se realizará a despesa? ⁶	Resposta	
9. Caso a previsão de vigência do contrato ultrapasse um exercício financeiro, foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem compatibilidade com o Plano Plurianual? ⁷	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

10. Caso se trate de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, foi juntada aos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias? ⁸	Resposta	
11. Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação?		
12. Foram observados os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021?	Resposta	
13. Caso não tenha sido observada a ordem de que trata o item anterior, houve comprovação da inviabilidade de utilização dos parâmetros que precedem, em grau de prioridade, o parâmetro utilizado?		
14. No caso da planilha orçamentária foi utilizada fonte oficial atualizada com inclusão de BDI (sem fixação de percentual)?		
15. Consta cronograma físico-financeiro e projetos básico e executivo?		
16. Foi juntada Justificativas para qualificação técnica?		
17. Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso? ⁹	Resposta	
18. Consta termo de referência com memorial descritivo?	Resposta	
19. Os documentos técnicos, inclusive das planilhas orçamentárias, foram elaborados por profissional da área de engenharia, arquitetura ou técnico industrial competente, devidamente identificado?	Resposta	
20. Houve juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e/ou Termo de	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Responsabilidade Técnica – TRT (conforme o caso) relativos aos elementos e/ou peças técnicas que instruem os autos, inclusive das planilhas orçamentárias? ¹⁰		
21. Foi juntada aos autos a portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio, caso adotada a modalidade de pregão?	Resposta	
22. Caso adotada a modalidade de concorrência, foi juntada aos autos a portaria de designação do agente de contratação, da equipe de apoio ou dos membros da comissão de contratação e seus substitutos?	Resposta	
23. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?		
24. Foi certificada a utilização dos modelos padronizados da Secretaria de Gestão Pública?	Resposta	

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
25. Caso adotado o regime de contratação integrada, foi elaborado anteprojeto ¹¹ ?	Resposta	
25.1. O anteprojeto atendeu as exigências do inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021?	Resposta	
Foi confeccionado projeto básico, em sendo o caso?	Resposta	
25.2. O projeto básico atendeu a todas as exigências que constam do inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133, de 2021?	Resposta	
25.3. O projeto básico está atualizado às circunstâncias da publicação do edital? ¹²	Resposta	
25.4. O projeto básico atendeu as diretrizes estabelecidas pelo art. 45 da Lei 14.133/2021?	Resposta	
26. Foi elaborado o projeto executivo, ou foi previsto no termo de referência ou projeto básico que esse documento	Resposta	

Excluídos[Bruno Eduardo Araujo Barros de Oliveira]:



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

técnico será desenvolvido concomitantemente com a execução dos serviços?		
26.1. O projeto executivo atendeu às exigências do inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021?	Resposta	
26.2. O projeto executivo respeitou as bases definidas no projeto básico ¹³ ?	Resposta	
27. Os projetos desenvolvidos utilizaram adotada a Modelagem da Informação da Construção (<i>Building Information Modelling</i> - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados conforme determinado pelo §3º do art. 19 da Lei 14.133/2021?	Resposta	

Órgão Contratante
 servidor
 cargo

Agente de Contratação
 Matrícula:

¹ Art. 17, § 2º da Lei 14133 de 2021.

² O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme [art. 12, VII, da Lei 14133, de 2021](#). A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do plano de contratações anual. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos na legislação, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação, conforme [art. 12, VII e §1º, da Lei 14133, de 2021](#).

³ [Art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#),

⁴ [Art. 18, §1º e §2º, da Lei 14133, de 2021](#).

⁵ Art. 18, X, da Lei nº 14133, de 2021, Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

⁶ [Art. 167, inciso II, da Constituição Federal](#), [art. 73 do Decreto-Lei nº 200, de 1967](#), [art. 6º, inciso XXIII, alínea j, art. 18, caput, art. 40, inciso V, alínea c, e art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

⁷ [Art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

⁸ [Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000](#).

⁹ Quanto ao licenciamento ambiental, conferir a [Lei nº 6.938, de 1981](#), e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA [nº 1, de 1986](#), e [nº 237, de 1997](#). Tratando-se de atividade prevista no Anexo I da [Resolução CONAMA nº 237, de 1997](#), pode ser necessário o licenciamento prévio. Conforme a natureza dos serviços, podem ser exigidas aprovações do projeto junto ao Corpo de



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Bombeiros, IPHAN, concessionárias de água, entre outros, competindo ao órgão verificar quais seriam as autorizações pertinentes.

Mais que um procedimento burocrático, o contato com concessionárias de serviço público ou órgãos públicos, resolvendo eventuais pendências, pode evitar atrasos na execução do contrato, principalmente na sua etapa final.

¹⁰ [Arts. 1º e 2º da Lei 6.496, de 1977, art. 45 da Lei n.º 12.378, de 2010, art. 16 da Lei nº 13.639, de 2018](#)

¹¹ [Art. 6º, XXXII, da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

¹² Acórdão TCU nº 1576/2022-Plenário e Acórdão TCU nº 1169/2013-Plenário.

¹³ Acórdão TCU nº 1016/2011-Plenário.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

QUADRO DE VERIFICAÇÃO PRELIMINAR
 (Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

- * Quadro 1 – Preenchido em **todas** as contratações diretas;
- * Quadro 2A – Preenchido em contratação por **inexigibilidade**;
- * Quadro 2B – Preenchido em contratação por **dispensa**;

TIPO DE CONTRATAÇÃO

QUADROS A SEREM PREENCHIDOS

Inexigibilidade para aquisição e serviço	Quadro 1 Quadro 2A
Dispensa para aquisição e serviço	Quadro 1 Quadro 2B

Notas explicativas

O presente quadro de verificação foi elaborado com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 às hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

O quadro pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela Secretaria de Gestão com apoio da Procuradoria, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais.

O quadro deve ser preenchido pelo órgão contratante com supervisão do Agente de Contratação como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntado ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

Foram elaborados 3 **(três)** quadros distintos.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

O primeiro traz os elementos **comuns** que devem constar em todos os procedimentos de contratação direta.

Além do preenchimento do primeiro quadro, o agente deverá preencher obrigatoriamente um dos dois quadros seguintes, conforme se trate de inexigibilidade ou dispensa, ou seja, deverá preencher o quadro 2A ou a quadro 2B.

A coluna “Atende plenamente a exigência?” deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência (justificando)

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado (justificando)

Na utilização dos quadros deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

QUADRO DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? ¹	Resposta	
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ²	Resposta	
Consta documento de formalização de demanda? ³	Resposta	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?	Resposta	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? ⁴	Resposta	
Há Estudo Técnico Preliminar? ⁵	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? ⁶	Resposta	
Há Análise de Riscos? ⁷	Resposta	
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento? ⁸	Resposta	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ⁹	Resposta	
Há termo de referência? ¹⁰	Resposta	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Secretaria de Gestão Pública ou houve justificativa para sua não utilização? ¹¹	Resposta	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Resposta	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Secretaria de Gestão Pública com eventuais alterações destacadas e justificadas? ¹²	Resposta	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada? ¹³	Resposta	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ¹⁴	Resposta	
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários? ¹⁵	Resposta	
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? ¹⁶	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Houve a autorização da autoridade competente? ¹⁷	Resposta	
---	----------	--

QUADRO DE VERIFICAÇÃO 2A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
Consta manifestação técnica demonstrando a inviabilidade de competição? ¹⁸	Resposta	
Houve justificativa do preço com base na lei e regulamento pertinentes? ¹⁹	Resposta	
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, consta documento idôneo capaz de comprovar a exclusividade? ²⁰	Resposta	
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, foi observada a vedação de preferência por marca específica? ²¹	Resposta	
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, caput ou I, da Lei 14133/21, há justificativa quanto a razão da escolha motivada ou não por estudo técnico? ²²	Resposta	
Tratando-se de contratação de profissional do setor artístico por meio de empresário exclusivo com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, consta documento idôneo que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação, no País ou em Estado específico, sem limitação a evento ou local específico? ²³	Resposta	
Tratando-se de profissional do setor artístico, com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, consta comprovação reconhecendo sua consagração pela crítica e opinião pública e declaração do Gestor/Responsável?	Resposta	
Tratando-se de serviço técnico especializado com base	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

no art. 74, III, da Lei 14133/21, com observância da vedação de contratar serviços de publicidade e divulgação, consta cláusula vedando a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade? ²⁴		
Tratando-se de aquisição ou locação de imóvel com base no art. 74, V, da Lei 14133/21, consta avaliação prévia do bem; certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; e justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela? ²⁵	Resposta	
Tratando-se de credenciamento com base no art. 74, IV, da Lei 14133/21, a contratação será: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas? II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação? ou, III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.? ²⁶	Resposta	

QUADRO DE VERIFICAÇÃO 2B – VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	Resposta	
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa nos moldes de lei e regulamento? ²⁷	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração? ²⁸	Resposta	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro? ²⁹	Resposta	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, para busca da proposta mais vantajosa? ³⁰	Resposta	

Órgão Contratante
 servidor
 cargo

Agente de Contratação
 Matrícula:

¹ art. 12, VI, da Lei 14133/21

² Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

³ O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos em lei ou regulamento, há a dispensa do registro da



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21.

⁴ Art. 18 da Lei 14133/21

⁵ Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21

⁶ Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

“I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”

⁷ Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

⁸ Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.

⁹ Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

¹⁰ Art. 72, I, da Lei 14133/21

¹¹ Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21;

¹² Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21;

¹³ Art. 72, IV, da Lei 14133/21;

¹⁴ Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000”.

¹⁵ Art. 72, V, da Lei 14133/21.

Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: “Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.”

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).

¹⁶ Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

¹⁷ Art. 72, VIII, da Lei 14133/21

¹⁸ Art. 74 da Lei 14133/21

¹⁹ Art. 72, II e VII, e art. 23, §§1º, 2º e 3º da Lei 14133/21

²⁰ Art. 74, §1º, da Lei 14133/21

²¹ Art. 74, §1º, da Lei 14133/21

²² Art. 74, caput e §1º, da Lei 14133/21

²³ Art. 74, §2º, da Lei 14133/21

²⁴ Art. 74, §3º, da Lei 14133/21

²⁵ Art. 74, §5º, da Lei 14133/21

²⁶ Art. 74, IV e 79 da Lei 14133/21

²⁷ Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14133/21.

²⁸ Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei 14133/21

²⁹ Art. 75, §1º, da Lei 14133/21

³⁰ Art. 75, §3º, da Lei 14133/21



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

QUADRO DE VERIFICAÇÃO PRELIMINAR
 (Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia)

Notas explicativas

O presente quadro de verificação foi elaborado com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições e serviços comuns.

O quadro pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela Secretaria de Gestão com apoio da Procuradoria, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais.

O quadro deve ser preenchido pelo órgão contratante com supervisão do Agente de Contratação como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntado ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

O quadro foi dividido em **quatro** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A última seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral.

A coluna “Atende plenamente a exigência?” deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência (justificando)

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado (justificando)

Na utilização dos quadros deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. /)
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma física, houve a devida justificativa? ¹	Resposta	
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ²	Resposta	
Consta documento de formalização de demanda? ³	Resposta	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?	Resposta	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? ⁴	Resposta	
Há Estudo Técnico Preliminar? ⁵	Resposta	
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? ⁶	Resposta	
Há Análise de Riscos? ⁷	Resposta	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ⁸	Resposta	
Há termo de referência? ⁹	Resposta	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Secretaria de Gestão Pública ou houve justificativa para sua não utilização? ¹⁰	Resposta	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Resposta	
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual além de outros instrumentos de planejamento da Administração?	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?	Resposta	
Há declaração do responsável pela elaboração da pesquisa de preço e estimativa de quantitativos?	Resposta	
Caso a pesquisa de preço não utilize o PNCP ela foi justificada no processo?	Resposta	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo ¹¹ ?	Resposta	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Resposta	
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? ¹²	Resposta	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Secretaria de Gestão Pública com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? ¹³	Resposta	
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? ¹⁴	Resposta	
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? ¹⁵	Resposta	
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização? ¹⁶	Resposta	
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?		
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? ¹⁷	Resposta	
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? ¹⁸	Resposta	
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? ¹⁹	Resposta	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. /)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? ²⁰	Resposta	
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? ²¹	Resposta	
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo?	Resposta	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta		
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?	Resposta	
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?	Resposta	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?	Resposta	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?	Resposta	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?	Resposta	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ²²	Resposta	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. /)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? ²³	Resposta	
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? ²⁴	Resposta	
Há justificativa para utilização de sistema de registro de preços? ²⁵	Resposta	
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada? ²⁶	Resposta	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento? ²⁷	Resposta	
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Resposta	
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

do valor da cota?		
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias? ²⁸	Resposta	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? ²⁹	Resposta	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? ³⁰	Resposta	
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens? ³¹	Resposta	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. /)
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento? ³²		
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? ³³	Resposta	
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços? ³⁴	Resposta	
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo? ³⁵	Resposta	
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos? ³⁶	Resposta	
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão	Resposta	



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

interna do contratado? ³⁷		
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato? ³⁸	Resposta	
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? ³⁹	Resposta	

Órgão Contratante
 servidor
 cargo

Agente de Contratação
 Matrícula:

¹ art. 12, VI, da Lei 14133/21

² Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

³ O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos em lei ou regulamento, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21

⁴ Art. 18 da Lei 14133/21

⁵ Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

⁶ Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

⁷ Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

⁸ Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

⁹ Art. 18, II, da Lei 14133/21;

¹⁰ Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21;

¹¹ art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021.

¹² O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que "o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". Já o art. 70, III estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

¹³ Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21;

¹⁴ Art. 18, V, da Lei 14133/21.

¹⁵ Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21.

¹⁶ Art. 19, IV e §2º, e art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/21.

¹⁷ Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21. Embora os modelos de editais devam trazer essa cláusula, o item da Lista é uma cautela para confirmar que a versão final manteve essa cláusula obrigatória.

¹⁸ Art. 9º, I, "a", e art. 16 da Lei nº 14.133/21.

¹⁹ Art. 9º, I, "a", e art. 15 da Lei nº 14.133/21.

²⁰ Art. 18, IV, da Lei 14133/21.

²¹ Art. 23 da Lei 14133/21.

²² Art. 16, I e II, da LC 101/2000. "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes,



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000”.

²³ Art. 20 da Lei 14133/21.

²⁴ Art. 40, I, da Lei 14133/21

²⁵ Art. 40, II, da Lei 14133/21

²⁶ Art. 40, III, da Lei 14133/21

²⁷ Art. 40, V, “b”, da Lei 14133/21

²⁸ Art. 40, V, “c”, da Lei 14133/21

²⁹ Art. 41, I, da Lei 14133/21

³⁰ Art. 41, III, da Lei 14133/21

³¹ Art. 44 da Lei 14133/21

³² Art. 47, II, da Lei 14133/21

³³ Art. 48 da Lei 14133/21

³⁴ Art. 47, §2º, da Lei 14133/21

³⁵ Art. 48, II, da Lei 14133/21

³⁶ Art. 48, III, da Lei 14133/21

³⁷ Art. 48, VI, da Lei 14133/21

³⁸ Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21

³⁹ Art. 49 da Lei 14133/21



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 5034, DE 02 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, autorizada pela Lei nº 6127, de 21 de dezembro de 2023.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento corrente, com fundamento na autorização contida no inciso I do art. 6º da Lei nº 6127, de 21 de dezembro de 2023, em favor do órgão abaixo, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), conforme programação constante do Anexo I deste Decreto:

15.00 – Secretaria Munic de Defesa e Mobilidade Urbana	290.000,00
--	------------

Artigo 2º – Os créditos abertos por este Decreto serão cobertos com recursos provenientes de:

I.	superávit financeiro do exercício anterior (art. 43, § 1º, I, Lei 4.320/64), decorrente dos recursos:	
	91 – Tesouro	
	110-0000 – Geral	290.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caçapava, 02 de maio de 2024

Anexos disponíveis no site: www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
Prefeita Municipal

KARINE COSTA DA SILVA
Secretária Municipal de Finanças

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 82/2024****Processo Administrativo: 14/2023**

Inexibilidade nº 05/2023; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: SANDRA LETÍCIA MOSCARDO AFONSO; CPF: 415.233.948-97 Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPORTIVOS E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BEM MAIS ESPORTES (monitora de recreação); Vigência: 12 (doze) meses a partir do 1º credenciamento; Valor total do contrato: R\$ 10.800,00; Data de assinatura: 19/04/2024.

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 83/2024****Processo Administrativo: 14/2023**

Inexibilidade nº 05/2023; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: SANDRA LETÍCIA MOSCARDO AFONSO; CPF: 415.233.948-97 Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPORTIVOS E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BEM MAIS ESPORTES (monitora de vôlei); Vigência: 12 (doze) meses a partir do 1º credenciamento; Valor total do contrato: R\$ 10.800,00; Data de assinatura: 19/04/2024.

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 85/2024****Processo Administrativo: 14/2023**

Inexibilidade nº 05/2023; Contratante: Município de Caçapava. Contratado: MARCELO PEREIRA PINTO; CPF: 415.233.948-97 Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPORTIVOS E RECREAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BEM MAIS ESPORTES (monitor de capoeira); Vigência: 12 (doze) meses a partir do 1º credenciamento; Valor total do contrato: R\$ 9.751,68; Data de assinatura: 19/04/2024.

**MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
ESTADO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

EDITAL DE AUTUAÇÃO

Ficam autuados com fundamento no art. 2º c/c art. 7º da Lei Municipal nº 4978/2010, os proprietários dos imóveis abaixo relacionados, pelo não atendimento ao Edital de Notificação publicado no Diário Oficial do Município em 05/04/2024 – Edição nº 288/2024.

O autuado deverá recolher o valor ou protocolar defesa no prazo de 15 (quinze) dias a partir da publicação deste Edital.

PL = Proprietário do lote

EP = Endereço do proprietário

EL = Endereço do lote

I C = Inscrição Cadastral

QL = Quadra do lote

NL = Número do lote

01) Processo 3412/2024

PL = CARLOS ALBERTO FARIA E S/M

EP = Rua Jairo Hilário Moreira nº 34 – Jardim Borda da Mata - Caçapava/SP

EL = Rua Manoel Lucas Sales – Jardim Borda da Mata

I C = 07.181.021.000

QL = 02

NL = 21

02) Processo 3417/2024

PL = ROBERTO ARANTES DA ROCHA / LUCIENE RODRIGUES ARANTES

EP = Rua Soldado Benedito Higinio Ribeiro 207 – P. R. Nova Caçapava – Caçapava/SP

EL = Rua João Onofre de Mecnas 81 – P. R. Santo André

I C = 07.255.011.000

QL = 27

NL = 11

Hilton Valério de Paula
Diretor de Departamento



Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital Nº 008/SMCT/2024 – Chamamento Público para concessão de permissão de uso a Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos para execução de pontos de venda de bebidas (chopp, refrigerante, suco e água), alimentação e atividades recreativas durante o Festival São João de Caçapava 2024, Processo Interno Nº 3406/202424,

Conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e anexos. A Prefeita HOMOLOGA o presente procedimento e adjudica o Chamamento em favor das Organizações da Sociedade Civil – OSC classificadas

EDITAL 009/SMCT/2024			
Classificação	OSC - Organização da Sociedade Civil	CNPJ	PONTUAÇÃO
1	ESQUADRÃO VIDA	02.969.654/0001-53	135
2	ABESC	06.963.405/0001-01	120
3	CASA DA CRIANÇA	45.847.308/0001-05	120
4	APAE	45.848.140/0001-52	120
5	GAMT	46.654.158/0001-86	110
6	CASA GE	07.653.585/0001-98	110
7	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE	45.847.423/0001-80	105
8	LAR EMANUEL	51.609.840/0001-97	100
9	LAR DOS IDOSOS VICENTE DE PAULA	45.845.013/0001-08	100
10	LAR FABIANO	33.948.381/0068-00	100
11	LAR VICENTINO DE CAÇAPAVA	47.541.040/0001-04	100
12	CONVIVER	01.696.702/0001-14	95
13	LIONS CLUBE	45.847.381/0001-87	85
14	ROTARY JEQUITIBA	01.259.221/0001-41	85
15	AMAI	10.740.110/0001-43	80
16	AAC	45.847.145/0001-27	75
17	PORTAL TIJUCO PRETO	49.494.266/0001-27	75
18	ROTARY CAÇAPAVA	05.464.469/0001-03	65
19	TROTANDO EM FRENTE	36.192.103/0001-48	55
20	SANTA TERESA D'AVILA	51.633.245/0001-31	Desabilitada por não apresentar balanço patrimonial 2023, conforme item 4.1.1. f)



Município de Caçapava

--- Estado de São Paulo ---

21	AVINTI	37.168.138/0001-04	<i>Desabilitada por não atender ao edital</i>
22	PARÓQUIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO	72.293.509/0037-91	<i>Desabilitada por não atender ao edital</i>
23	ABRATU	11.162.267/0001-00	<i>Desabilitada por não apresentar balanço patrimonial 2023, conforme item 4.1.1. f)</i>
24	FACULDADE SANTO ANTÔNIO	29.174.552/001-06	<i>Desabilitada por não atender ao edital</i>
25	PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	72.293.509/0020-43	<i>Desabilitada por não atender ao edital</i>

Comissão de Avaliação e Seleção nomeada por meio da PORTARIA Nº 001/SMCT, de 3 de maio de 2024

- Chrystiane Tavares de Andrade Guedes – Secretária de Cultura e Turismo
- Dácia Valéria de Lima Coutinho – Secretária de Desenvolvimento Econômico
- Simone Agostinho dos Santos – Secretária de Cultura e Turismo